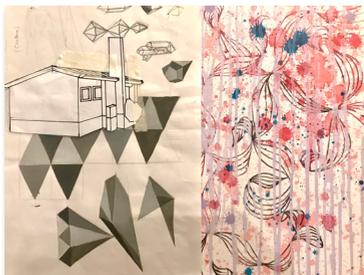


Agenda 2063: uma avaliação dos resultados preliminares

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA
ANSELMO OTAVIO

RESUMO: Criada na segunda década do século XXI, a Agenda 2063 é voltada ao desenvolvimento e à inserção internacional da África. O trabalho analisa suas principais características, a partir da classificação de seus objetivos em simbólicos e objetivos, avalia as aspirações e os avanços desta iniciativa, além de identificar potenciais desafios. Tendo como base trabalhos acadêmicos e documentos oficiais, especialmente da União Africana, espera-se demonstrar que, apesar dos resultados limitados, a iniciativa é promissora em termos de possíveis transformações em âmbito continental.

PALAVRAS-CHAVE: Agenda 2063. União Africana. África. Desenvolvimento. Inserção internacional.



Agenda 2063: an assessment of preliminary results

GUILHERME ZIEBELL DE OLIVEIRA

Professor visitante do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Ciência Política, mestre em Estudos Estratégicos Internacionais e graduado em Relações Internacionais e em Ciências Econômicas pela UFRGS. E-mail: guilherme.ziebell@ufrgs.br

ANSELMO OTAVIO

Professor de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutor e mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista (FFC/UNESP) *campus* de Marília. E-mail: otavio@unisinoss.br

ABSTRACT: Created in the second decade of the 21st century, Agenda 2063 is directed to African development and international engagement. The work analyses its main characteristics, based on the division of its goals as symbolic or objective, as well as the aspirations and advancements of this initiative, in addition to identifying potential challenges. Based on academic works and official documents, especially from the African Union, it is expected to demonstrate that, despite its limited results, the initiative is promising in terms of possible transformations on the continental level.

KEYWORDS: Agenda 2063. African Union. Africa. Development. International engagement.

RECEBIDO:09/09/2020

APROVADO:31/01/2022

1 Introdução

No ano de 2015, chefes de Estado e de governo da África, em Assembleia da União Africana (UA), realizada em Addis Abeba, Etiópia, criaram uma nova agenda política para o desenvolvimento do continente. Foram fundamentais para tal iniciativa a percepção de que o contexto global passava por importantes transformações, as lições e experiências incorporadas do passado pelos atores continentais, o entendimento de que a África jamais fora tão forte e unida e de que suas organizações regionais se encontravam fortalecidas e em pleno funcionamento, e a percepção de existência de novas oportunidades de desenvolvimento e de investimento (AUC, 2015c). Intitulada Agenda 2063, a proposta trazia novidades tanto em relação aos atores nela envolvidos, quanto em termos de seus objetivos. Para além dos Estados – centrais para a efetivação da Agenda –, também assumiram responsabilidade pela concretização da proposta a Comissão da UA e a Agência de Planejamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NPCA), em colaboração com o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB) e com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) (DEGHETTO; GRAY; KIGGUNDU, 2016).

Em termos de objetivos, a Agenda 2063 é voltada a oito áreas prioritárias, consideradas fundamentais para alçar a África a uma nova realidade: identidade e renascimento africano; a contínua luta contra o colonialismo e pelo direito à autodeterminação; integração continental; desenvolvimento e transformação social e econômica; paz e segurança; governança democrática; a determinação do futuro do continente; e, o fortalecimento do espaço da África no mundo (AUC, 2015c; DEGHETTO; GRAY; KIGGUNDU, 2016). Dando especial atenção aos jovens, às mulheres e aos africanos e africanas na diáspora, a Agenda 2063 reúne tais objetivos em sete aspirações primárias, com o estabelecimento de metas de curto (10 anos), médio (10-25 anos) e longo (25-50 anos) prazo, para a efetivação destes (DEGHETTO; GRAY; KIGGUNDU, 2016).

De modo geral, a data encontrada no título da proposta africana não é meramente ilustrativa, trazendo consigo um caráter simbólico e importante na história do continente, já que em 2063 completar-se-ão 100 anos da criação da Organização da Unidade

Africana (OUA), a precursora da UA, que a substituiu nos anos iniciais do século XXI. Logo, além das metas de longo prazo trazerem 2063 como o prazo máximo para suas efetivações, a Agenda 2063 atrela sua existência a dois movimentos importantes para o continente africano. O primeiro é o Pan-Africanismo, que ganhou destaque ao longo do século XX, principalmente por influenciar os movimentos de independência, pelo resgate da história africana anterior à dominação europeia, e pelo destaque dado à maior integração e unidade do continente. Já o segundo refere-se ao Renascimento Africano, movimento característico dos anos finais da década de 1990 e das décadas iniciais do século XXI, que, dentre outros pontos, volta-se à busca por uma nova inserção internacional do continente africano.

Em 2015, os três documentos principais associados à Agenda 2063 – o Documento Quadro, a Versão Popular, e o Plano de Implementação para a Primeira Década – foram adotados pelos órgãos da UA, colocando-a em efetivo funcionamento (AUC, 2015d). Nesse contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar a Agenda 2063, discutindo não apenas suas características, mas também suas principais aspirações e avanços até o presente. Para tanto, adotaremos metodologia qualitativa, apoiada em revisão bibliográfica e de documentos – sobretudo aqueles produzidos pela UA e vinculados à Agenda, como o Documento Quadro (AUC, 2015b), a Versão Popular (AUC, 2015a) e, principalmente, o Plano de Implementação para a Primeira Década (AUC, 2015e) e o Primeiro Relatório Continental sobre a Implementação da Agenda 2063 (AUDP; NEPAD, 2020b). Como ferramenta de diagnóstico dos resultados obtidos pela Agenda 2063, foi utilizado o *Agenda 2063 Dashboard*, um *website* desenvolvido e mantido pela Agência de Desenvolvimento da UA (AUDP) e pela Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África (NEPAD, na sigla em inglês), no qual estão disponíveis, em tempo real, os resultados atingidos em termos dos objetivos estabelecidos – que podem ser analisados nos âmbitos continental, regional ou nacional (AUDP; NEPAD, 2020a).

O trabalho se divide em três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira seção são discutidos os elementos centrais

vinculados à gênese desta agenda, no caso, o Pan-Africanismo e o Renascimento Africano, de forma a demonstrar o caráter híbrido dessa proposta africana. A segunda seção, por sua vez, é dedicada à apresentação e compreensão da Agenda 2063, de forma a destacar suas principais especificidades e inovações em relação a abordagens e estratégias anteriormente adotadas em âmbito continental. Por fim, a terceira seção, apoiando-se nos dados disponibilizados no *Agenda 2063 Dashboard*, apresenta os avanços da Agenda até o presente, realizando, a partir destes – e tendo como parâmetro os objetivos estabelecidos na própria Agenda – tanto uma avaliação dos resultados atingidos, quanto prognósticos a respeito de sua evolução, identificando potenciais entraves e desafios à consecução de seus objetivos.

2 Entre a contestação e a responsabilidade mútua: o hibridismo da agenda 2063

Paralelamente aos processos de independência no continente africano, o pós-2ª Guerra Mundial também foi marcado pela busca, por parte dos Estados, por alcançar o desenvolvimento econômico. Além de simbolizar o rompimento com a pobreza e a garantia de melhores condições de vida para as populações africanas, o desenvolvimento era, fundamentalmente, compreendido como importante para a chamada independência autêntica dos Estados africanos – isto é, independência política e econômica (CHAZAN *et al.*, 1999).

Em certa medida, é possível indicar duas características que ao longo da Guerra Fria acabaram por influenciar a busca de tal objetivo. A primeira relaciona-se ao fato de o continente africano se encontrar impactado pela dinâmica conflitiva simbolizada pela disputa entre Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Por um lado, ainda que favoráveis à autodeterminação dos povos, é fato que ambos, em maior ou menor intensidade, atuaram em diversos países africanos, englobando no conflito Leste-Oeste desde guerras civis até processos de independência (KENNEDY, 1988). Por outro lado, a influência desta dinâmica também pode ser encontrada na percepção dos movimentos voltados à independência, uma

vez que, se havia aqueles que aceitavam preceitos liberalizantes e capitalistas, também havia aqueles que defendiam o socialismo, o qual se caracterizava por seu caráter anti-imperialista e por apresentar estratégias diferentes para proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos africanos (CLAPHAM, 1996).

Já a segunda característica diz respeito à influência do Pan-Africanismo, cujo papel e importância para o continente africano podem ser analisados a partir de três fases, quais sejam, os períodos de gestação, consolidação e de desafios. A primeira fase remete ao século XIX e aos anos iniciais do século XX, quando nomes como Alexander Crummell, Edward W. Blyden, Marcus M. Garvey e Willian E. Du Bois passaram a simbolizar a luta por melhores condições para a população negra, pelo fim da escravidão e o término da exploração exercida pela população branca sobre a negra (M'BOKOLO, 2011; KI-ZERBO, 1999; HERNANDEZ, 2008).

Paralelamente à criação da coletânea *Future of Africa*, a importância de Crummell atrela-se a percepção de que o continente africano era o espaço constituído pelo povo negro – fator que gerava uma unidade natural – bem como ao destaque dado à importância dos negros que moravam no continente americano, vistos como fundamentais para a modernização da África (HERNANDEZ, 2008). Já Blyden, além de destacar a importância de africanos e afrodescendentes para a unidade africana, ressaltava que a abolição do tráfico de escravos e a não mais existência da dominação europeia na África, seriam pontos necessários para o progresso do continente. Por fim, Garvey e Du Bois, ainda que tivessem participado do *Harlem Renaissance*, nome dado ao movimento negro surgido nos Estados Unidos (EUA) nos anos iniciais do século XX que, dentre outras características, buscava destacar a importância da cultura afro-americana, em verdade contribuíram de formas distintas na gênese do Pan-Africanismo (HERNANDEZ, 2008; BARBOSA, 2016).

De fato, Garvey destacava a necessidade do retorno do negro ao continente africano, primeiramente porque considerava que para este não haveria espaço nos EUA, e, segundo, porque os negros que possuíam conhecimentos técnicos, seriam fundamentais para o desenvolvimento do continente. Inclusive, além de criar

o periódico *The Negro World*, voltado à difusão do pan-africanismo na África, Garvey foi responsável pela criação da *Universal Negro Improvement Association*, direcionada tanto ao fornecimento de conhecimento técnico, como também à construção de frota marítima direcionada ao comércio entre negros da África e do continente americano. Já Du Bois, juntamente à luta contra a discriminação e à defesa da união entre africanos e a diáspora negra, também tem sua contribuição ao Pan-Africanismo atrelada ao incentivo a reuniões voltadas a debater questões relacionadas à África, os chamados Congressos Pan-Africanos, ocorridos em Paris (1919), Londres (1921), Lisboa (1923), Nova York (1927) e Manchester (1945) (KI-ZERBO 1999; M'BOKOLO 2011; BARBOSA, 2016).

Dentre essas reuniões, uma das que mais se destacou foi a de Manchester que, em linhas gerais, foi marcada por duas características. A primeira refere-se aos participantes, uma vez que, pela primeira vez desde a criação destas conferências, o número de representantes africanos nascidos no continente era maior se comparado com o número de participantes oriundos da diáspora (CHANAIWA; KODJO, 2010). Já a segunda característica diz respeito aos pontos que passaram a ganhar destaque no evento, quais sejam, a luta contra leis racistas e discriminatórias, a abolição do trabalho forçado, o direito ao voto, a igualdade de salários, de tratamento médico, o ativismo na emancipação e na total independência das colônias existentes no continente (HERNANDEZ, 2008; CHANAIWA; KODJO, 2010; M'BOKOLO, 2011). Ainda que fruto da fase de gênese do movimento, em verdade Manchester pode ser compreendida como um dos principais eventos da segunda fase do Pan-africanismo, isto é, da consolidação do movimento.

De fato, além da Conferência de Manchester, tal consolidação encontra em outros exemplos a sua existência. Em Barbosa (2016) podemos encontrar contribuições nas dimensões teórico-cultural e política ocorridas na primeira metade do século XX. Referente à primeira, ressalta-se os anos 1920, quando René Maran, cuja obra *Batouala*, foi congratulada com o Prêmio *Gouncourt*, tornando-se o primeiro negro a vencê-lo. Na dimensão política, a atuação da *International African Friends of Ethiopia* e do *Ethiopian Research Council* (ERC), foram marcantes na busca em sensibilizar

a comunidade internacional acerca da invasão italiana à Etiópia. Vale ressaltar que no ERC, apenas dois membros eram africanos, no caso, Hosea Nyabongo e Malaku Bayen, fator que demonstrava uma das principais características do Pan-Africanismo, a de ser gestado e desenvolvido fora do continente (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Posteriormente à Conferência de Manchester, outros exemplos símbolos da consolidação do Pan-Africanismo podem ser encontrados nos processos de descolonização do continente. Em Hobsbawm (1994) é possível encontrar duas características que, em maior ou menor presença, foram marcantes nos movimentos de independência existentes no continente africano. A primeira diz respeito à importância de grupos minoritários letrados que, embora buscassem resgatar um passado africano anterior ao imperialismo, também valorizavam a modernidade. De fato, desde o uso de instrumentos de difusão, como imprensa e campanhas de massa, à valorização de ideologias como o liberalismo, o socialismo, o clericalismo, o secularismo, o nacionalismo, dentre outras, o que se via eram elites que adotavam métodos e iniciativas símbolos da modernidade para romper com o domínio europeu. Diretamente relacionada à primeira característica, a segunda refere-se à assimilação e, no geral, à aceitação dos preceitos capitalistas e liberalizantes defendidos pelas potências europeias – ou à tendência em negar tais preceitos e a aceitação do socialismo, este visto pelo seu caráter anti-imperialista e por apresentar estratégias diferentes para alcançar melhores condições de vida aos cidadãos africanos (HOBSBAWM, 1994).

Embora havendo divergência de percepção, o que refletia a disputa Leste-Oeste, a fase de consolidação do Pan-Africanismo encontrou tanto no processo de integração quanto na estratégia de inserção internacional esperada para o continente duas de suas principais características. No que concerne à integração regional, tal processo foi marcado pelo debate entre o grupo de Casablanca, formado por países como Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia, Gana, dentre outros, e favorável a criação dos Estados Unidos da África, com foco na planificação e centralização do desenvolvimento econômico, e pelo grupo de Monrovia, composto por Nigéria, Etiópia, Libéria, Serra Leoa, Tanzânia, entre outros que

defendiam tanto a manutenção da soberania e da integridade territorial dos países africanos, bem como a criação de uma espécie de confederação entre Estados (CERVENKA, 1977). Tais divergências, contudo, não se distanciaram no que dizia respeito à importância da integração regional – inclusive, o principal reflexo disso pode ser encontrado na criação, em 1963, da Organização da Unidade Africana (OUA).

Fiel à luta do pan-africanismo contra qualquer forma de dominação herdada do imperialismo europeu, a OUA valorizava pontos como a autodeterminação dos povos, os ideais de liberdade, justiça e igualdade, o respeito aos direitos humanos, a preservação da soberania dos Estados, dentre outros encontrados na Carta de Criação da organização. Por um lado, a OUA é comumente marcada pela sua atuação nos processos de independência, principalmente a partir da criação de iniciativas como o incentivo aos países-membros em apoiar, via financiamento ou treinamento militar, os movimentos que lutavam pela independência (CHAZAN et al., 1999; CHANAIWA; KODJO, 2010). Por outro lado, contudo, vale destacar o papel da Organização na esfera econômica, cuja luta pelo rompimento com as heranças do imperialismo, convergiu com a aceitação do que aqui conceituamos como *estratégia da contestação*.

Compreende-se aqui a contestação como a estratégia utilizada não apenas pelos países africanos, mas, em maior ou menor intensidade, pelo bloco de países conhecido como Terceiro Mundo. Em outras palavras, a contestação equivale à luta contra o subdesenvolvimento e a falta de representatividade no sistema internacional, conciliada com a crítica à estrutura de tal sistema e com demandas por sua reestruturação. Referente ao bloco terceiro-mundista, ainda que marcado pela diversidade política e econômica de seus membros, a expressão da contestação pode ser encontrada em reuniões ou mecanismos de caráter multilateral, como a Conferência de Bandung (1955), o Movimento dos Não Alinhados (1961), o G-77 (1964), dentre outros, bem como na criação da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) (VIGEVANI, 1994).

Na África, a estratégia da contestação era vista como fundamental. Em primeiro lugar porque trazia em sua essência a luta contra a ingerência externa, fazendo, portanto, com que sua execução fosse vista como fundamental para alcançar a independência autêntica (OKEREKE; AGUPUSI, 2015). Em segundo, porque a contestação convergia com o interesse dos países africanos em acelerar os processos de industrialização, compreendidos como relevantes não apenas para a melhora nos índices econômicos, mas também para romper com a dependência herdada do imperialismo – a partir da qual os países africanos ocupavam o espaço de exportadores de produtos de menor valor agregado e consumidores de bens manufaturados, e, em contrapartida, os países desenvolvidos (especialmente as ex-metrópoles) importavam tais produtos e exportavam estes bens (CHINWEIZU, 2010). Em terceiro lugar, e tão importante quanto os elementos anteriores, porque a contestação apresentava-se como resposta continental à visão que, a partir da década de 1970, passava progressivamente a ser predominante na economia mundial – a ideologia neoliberal.

De fato, enquanto o neoliberalismo simbolizava a defesa do livre comércio, do livre mercado e, fundamentalmente, da diminuta participação do Estado na economia (ANDERSON, 1996), o continente africano, por meio da contestação, seguia caminho diametralmente oposto, defendendo o protagonismo do Estado para equilibrar o crescimento econômico com a distribuição de renda, e para o fornecimento de condições básicas aos indivíduos, como a criação de empregos e o alívio da pobreza (OTAVIO, 2016; OLIVEIRA, 2018). Reflexo desta contraposição pode ser encontrado no Plano de Ação de Lagos (LPA, na sigla em inglês), criado no início de 1980 e que, no geral, defendia a autossuficiência, a equidade na distribuição de renda, a integração econômica regional, a valorização da expansão do setor público no processo de industrialização e, semelhantemente ao bloco terceiro-mundista, a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que deveria ser mais justa para com os países pobres (OAU, 1980).

Nesta disputa de paradigmas acerca do desenvolvimento, em verdade o neoliberalismo acabou por se sobrepor ao LPA. Primeiramente porque sua difusão encontrou em governos como

os de Thatcher, na Inglaterra (1979-1990), e Reagan, nos Estados Unidos (1981-1989), importantes defensores da diminuição do papel estatal na economia. Inclusive, ambos defendiam a adoção das práticas neoliberais por parte de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Em segundo lugar, e relacionado a este primeiro, por conta do atrelamento do desenvolvimento africano a empréstimos externos, uma vez que a contínua dependência de recursos advindos do FMI e do BM para a criação de projetos relacionados à industrialização e à efetivação de políticas direcionadas ao bem-estar da população acabou por levar os países africanos a se distanciar do LPA e a aceitar as práticas neoliberais (OKEREKE; AGUPUSI, 2015). De fato, a expressão deste distanciamento pode ser vista na aceitação do relatório do Banco Mundial intitulado *Accelerated Development in Sub-Saharan Africa: An Agenda for Action* (1981). Comumente conhecido como Relatório Berg, tal plano defendia a diminuição da participação estatal em programas de economia e bem-estar social via privatizações e liberalização do comércio, e criticava o LPA por sua defesa da autossuficiência econômica e da integração regional (EZEHOA; UCHE, 2005).

Além de não levar o continente à independência autêntica, à maior participação no comércio internacional e ao desenvolvimento econômico, o neoliberalismo acabou por ampliar a dependência e os desafios ao continente africano, os quais até os dias atuais se fazem presentes, como a estagnação econômica, o aumento do desemprego e a elevação da dívida externa (CARDOSO, 2019). Entretanto, mesmo tendo como resultado tais desafios, as práticas neoliberais se mantiveram presentes no continente africano ao longo das décadas de 1990 e de 2000, uma vez que novas iniciativas direcionadas ao desenvolvimento africano foram criadas e, em maior ou menor intensidade, pautadas em pontos característicos do neoliberalismo. Inicialmente, tal constatação pode ser vista na estratégia defendida e adotada pelo novo movimento de transformação política e econômica que ganhou destaque na África, qual seja, o Renascimento Africano (MBEKI, 1998; HLOPHE; LANDSBERG, 1999).

Embora não sendo recente, visto que já havia sido analisado por Cheikh Anta Diop, quando exposta a necessidade de romper com a imposição linguística fruto do imperialismo aos povos africanos (MARUMO; CHAKALE, 2018), o Renascimento Africano no século XXI tem em Thabo Mbeki um de seus principais expoentes. Reflexo disso pode ser encontrado no discurso *The African Renaissance, South Africa and the World*, realizado em 1998, na Universidade das Nações Unidas, pronunciamento em que as características deste renascimento foram apresentadas. Uma primeira refere-se à necessidade de resgatar o passado africano anterior à colonização europeia, período em que houve o predomínio de grandes impérios e civilizações. Já o segundo diz respeito à necessidade de expandir eleições democráticas, findar com os conflitos, e a adoção de práticas econômicas que ganhavam relevância no pós-Guerra Fria (MBEKI, 1998; HLOPHE; LANDSBERG, 1999).

Paralelamente, além das especificidades anteriormente apresentadas, é possível indicar que o Renascimento Africano também é marcado por duas características que o fazem uma doutrina voltada à renovação política e econômica do continente. A primeira diz respeito ao englobamento de pontos característicos do Pan-Africanismo, destacadamente o interesse em resgatar a história da África anterior à dominação europeia e a valorização da solidariedade africana – esta vista como fundamental para que os países, em conjunto, encontrassem soluções para desafios que assolavam o continente (OTAVIO, 2018). Já a segunda refere-se ao meio utilizado para que os processos transformativos encontrados nos países africanos continuem, no caso, a estratégia da responsabilidade mútua ou compartilhada (OLIVEIRA, 2018).

Por um lado, a responsabilidade mútua defende que as potências industrializadas são importantes para os processos de transformação vistos no continente. Logo, o papel destes está atrelado à garantia de acesso dos produtos africanos a seus mercados, ao investimento nos países do continente, e ao apoio, mesmo que indireto, a iniciativas voltadas à erradicação da pobreza, à democratização e à pacificação da África. Por outro lado, contudo, tal estratégia rompe com a contestação, uma vez que aceita o neoliberalismo e seus condicionantes (OLIVEIRA, 2018). Inclusive, além

de indicar o dever dos países africanos de combater a corrupção e a instabilidade resultante de conflitos e de valorizar elementos como democracia, direitos humanos, meio ambiente, dentre outros símbolos do cenário internacional pós-Guerra Fria, a responsabilidade mútua aceita, de forma acrítica, a globalização de viés neoliberal, considerando inevitável a adequação a ela, e incorporando o discurso defendido pelas potências ocidentais (DÖPCKE, 2002; TAYLOR, 2005; MURITHI, 2009).

Uma primeira iniciativa que se relaciona à responsabilidade mútua pode ser encontrada na transição da OUA para UA, quando em reunião ocorrida na cidade de Sirte, Líbia, ocupou espaço central a discussão a respeito da necessidade de a organização símbolo do Pan-Africanismo ser transformada. Neste caso, a noção de responsabilidade mútua está atrelada ao próprio Ato Constitutivo da União Africana, documento fruto da Cúpula de Lomé, Togo, ocorrida em 2000. Ainda que houvesse a continuidade de pontos valorizados pelo Pan-Africanismo, como a solidariedade entre os Estados-membros, o respeito à soberania, a integridade territorial e a manutenção da independência dos Estados africanos, a promoção da paz, dentre outros, este mesmo documento dava significativo destaque a pontos valorizados pelas potências ocidentais, sobretudo o respeito aos direitos humanos, à democracia e à “boa governança” (AU, 2000).

No entanto, é a chamada Nova Parceria para o Desenvolvimento Econômico da África que a responsabilidade mútua encontra sua principal expressão. Resultado da fusão, em 2001, entre a Parceria do Milênio para o Programa de Recuperação Africana (MAP)¹ e o *Omega Plan*,² a NEPAD defendia, por um lado, que os países africa-

1 O MAP foi criado em 1996, e entre seus objetivos centrais estava a promoção de um diálogo com as instituições financeiras internacionais e com as potências desenvolvidas (sobretudo os membros do G7+1), de forma a viabilizar a recuperação política, econômica e social da África por meio de compromissos que fossem assumidos não apenas pelos países africanos, mas também por aqueles países e instituições (DE WAAL, 2002).

2 O *Omega Plan* foi criado com o objetivo de permitir que o continente obtivesse benefícios do processo de globalização, recebendo financiamentos, sobretudo dos países desenvolvidos, para a realização de diversos projetos (MARTIN, 2002)

nos aceitassem a globalização e seus condicionantes, bem como adotassem medidas que, no geral, dialogavam com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Por outro lado, com a defesa da boa governança como uma pré-condição para a paz, para a segurança e para o desenvolvimento político e socioeconômico sustentável, esperava-se que as potências industrializadas, destacadamente as ocidentais, se comprometessem com o desenvolvimento africano, visto que estas também haviam ratificado os ODM (DE WAAL, 2002).

A busca por demonstrar a seriedade dos países africanos a respeito da relação entre pares encontrou, em um mecanismo criado pela UA em 2003, um importante aliado, qual seja, o Mecanismo Africano de Avaliação por Pares (APRM, na sigla em inglês). Em linhas gerais, a Avaliação por Pares significa estabelecer o acompanhamento de um país pelos demais, buscando demonstrar os avanços, retrocessos e desafios que os países avaliados encontram em suas trajetórias. Nesse sentido, o APRM serviria como meio de fazer com que os países trabalhassem juntos e compartilhassem experiências e soluções que levassem à estabilidade, ao desenvolvimento sustentável e ao avanço da boa governança. Junto a esta maior integração entre os países africanos, os resultados advindos desta avaliação pelos pares demonstrariam à comunidade internacional a seriedade dos países-membros em relação aos compromissos firmados para com a NEPAD (MASTERSON, 2004; HOPE, 2005; DÉME, 2005).

Passados quase vinte anos desde sua criação, a NEPAD acumulou êxitos e desafios no que diz respeito a suas finalidades. Por um lado, teve sucesso em ampliar a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED) no continente e intensificar as trocas comerciais envolvendo países africanos e potências industrializadas, além de auxiliar na melhora de diversos dos indicadores socioeconômicos do continente (OLIVEIRA, 2018). Por outro lado, todavia, a NEPAD não conseguiu garantir um aumento da participação africana no comércio mundial e fracassou em garantir uma maior distribuição do IED direcionado ao continente – tendo esses recursos se mantido concentrados em áreas ricas em recursos minerais e energéticos, as quais, historicamente, foram visadas pelas potências

industrializadas. Além disso, a despeito da melhora verificada nos indicadores sociais do continente, o que se percebe é que esta se deu em ritmo aquém daquele do restante do mundo – o que representou, em verdade, uma piora relativa da situação do continente (OLIVEIRA, 2018). Além destas consequências, cumpre destacar que o desempenho da NEPAD caminhou lado a lado à maior interação das potências emergentes com os países do continente, pois, mesmo que os EUA tenham ampliado sua interação com os países africanos, foi a China que se transformou no principal parceiro comercial do continente (ITC, 2019; UNCTAD, 2020).

A tendência de maior participação dos atores emergentes foi acompanhada por iniciativas desenvolvidas pelas potências tradicionais, que não necessariamente convergiam com os interesses africanos. Exemplos disso podem ser encontrados na criação do Comando Combatente Unificado para a África (AFRICOM, na sigla em inglês) – iniciativa dos EUA que, embora oficialmente voltada à pacificação do continente africano, visava garantir a Washington acesso a recursos naturais em determinados países (MANGALA, 2010) –, e na intervenção da OTAN na Líbia em 2011, quando se tornou claro o interesse das potências ocidentais em pôr fim à administração Gaddafi (OLIVEIRA, 2015). Em certa medida, tal cenário demonstrou os limites existentes na estratégia de responsabilidade mútua – porquanto apresentava compatibilidade limitada com interesses africanos –, sem, contudo, determinar seu abandono, visto que seus pontos característicos foram mantidos em uma nova estratégia africana direcionada ao desenvolvimento, aqui denominada híbrida.

Conceitualmente, compreendemos como hibridismo a abordagem em que há a manutenção de elementos fundamentais presentes na estratégia de responsabilidade mútua – e, portanto, centrais para a noção de Renascimento Africano –, simultaneamente ao resgate de elementos da estratégia de contestação, centrais para o Pan-Africanismo. No que concerne à contestação, sua adoção é vista não apenas no incremento dos questionamentos à ingerência externa, mas, principalmente, no rompimento com iniciativas consideradas prejudiciais ou pouco vantajosas aos países africanos e na criação de alternativas a elas (exemplos dessa

postura podem ser encontrados nos questionamentos e críticas ao Tribunal Penal Internacional,³ bem como na Declaração de Marrakech de 2019, que destaca a maior preferência africana pela horizontalidade na cooperação⁴). No que diz respeito à responsabilidade mútua, verifica-se a manutenção do interesse pela integração regional, em soluções africanas para desafios africanos, bem como a continuidade da valorização de parcerias com atores extracontinentais baseadas na horizontalidade e na perspectiva de benefícios mútuos.

Nesse sentido, o hibridismo não significa uma rejeição (ou abandono completo) das estratégias de contestação e de responsabilidade mútua, mas, sim, a sua reestruturação a partir da incorporação de elementos encontrados em ambas. Em outras palavras, resgatar a contestação significa não apenas questionar a ingerência externa, mas, fundamentalmente, simboliza romper com iniciativas consideradas prejudiciais ou pouco vantajosas aos países africanos. De modo geral, se o Plano de Ação de Lagos refletia a *estratégia de contestação* e a NEPAD refletia a *estratégia de responsabilidade mútua*, o hibridismo tem como sua principal expressão a Agenda 2063.

3 Poucos anos após sua criação, recebida com grande esperança por parte das lideranças africanas, o Tribunal Penal Internacional (TPI) passou a ser alvo de críticas desses mesmos atores – em grande medida pela percepção de que a Corte teria caráter persecutório, seletivo e desigual, uma vez que a quase totalidade dos casos julgados seriam de atores africanos (AU, 2017b). Diante disso, em 2016, três países do continente – Burundi, África do Sul e Gâmbia – anunciaram sua retirada do Tratado de Roma e, portanto, do TPI. Na esteira desses acontecimentos, em janeiro de 2017, a União Africana emitiu uma Decisão, saudando a ação dos três países que se retiraram e convocando todos os demais Estados-membros a adotarem uma estratégia semelhante de retirada do TPI (AU, 2017a).

4 Resultado de reunião realizada pela Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA, na sigla em inglês) no Marrocos em 2019, a *Marrakech Declaration on Sustainable Development in Africa* (Declaração de Marrakech para o Desenvolvimento Sustentável da África), ganhou destaque por considerar estratégico o fortalecimento da cooperação Sul-Sul (CSS) como meio necessário para o desenvolvimento africano, como também por englobar na CSS a cooperação intra-africana (UNECA, 2019).

3 Agenda 2063 como representação da África para o século XXI

Parte integrante do Renascimento Africano, a Agenda 2063 se encontra atrelada à maior valorização do multilateralismo, ao avanço nos processos de integração regional e à busca africana por uma nova inserção internacional. Referente ao cenário continental, a Agenda compreende que seu êxito caminha lado a lado não apenas aos Estados africanos, mas também a iniciativas de caráter multilateral que representam e atuam em prol das transformações desejadas para África – no caso, a Comissão da UA e a NPCA, ambas em colaboração com o AfDB e com a UNECA – para sua efetivação. No que diz respeito ao contexto externo, a Agenda 2063 compreende a importância da conjuntura internacional, que desde os anos finais da década de 1990 tornou-se favorável ao continente. No entanto, diferindo-se da responsabilidade mútua, tal agenda adota o hibridismo como estratégia, visto que não apenas contesta iniciativas contrárias aos interesses africanos e defende a horizontalidade nas parcerias, como também defende um alinhamento dos potenciais parceiros do continente aos interesses, concepções e aspirações africanos.⁵

A escolha pelo hibridismo como estratégia para garantir certa autonomia na interação com potências tradicionais e emergentes e a continuidade do ativismo esperado por parte dos países e das organizações africanas podem ser consideradas como fundamentais para a realização das dezenas de objetivos distribuídos nas sete aspirações da Agenda 2063. Cientes da existência de diferenças e especificidades entre cada objetivo e aspiração, compreendemos a possibilidade de enquadrá-los em duas categorias que, no geral, encontram-se atreladas e refletem a essência da Agenda 2063 como uma iniciativa africana direcionada à resolução dos desafios existentes no continente.

Nesse sentido, a primeira categoria é a de caráter simbólico, marcada pelo englobamento de objetivos e aspirações que, embora específicos, são semelhantes na intangibilidade, na inexistência

5 Inclusive, conforme destacado no documento *Agenda 2063: a África que queremos* “[a]pelamos à comunidade internacional a respeitar a visão e as aspirações de África e alinhar as suas parcerias de forma adequada” (AUC, 2015a, p. 24).

de um prazo específico para suas efetivações, e no destaque dado à importância de iniciativas passadas que, mesmo não apresentando os resultados esperados, são consideradas relevantes para o continente africano. Em sua totalidade, esta categoria pode ser vista na quinta aspiração,⁶ que reflete o desejo por uma África representada por características como identidade cultural, herança, valores e ética comuns que, juntas, indicam o interesse pela consolidação do Pan-Africanismo e pela intensificação do Renascimento Africano.

De modo geral, além de exemplificar o hibridismo, tal aspiração não traz um prazo exato para cada objetivo, mas, sim, especula-se que até 2063 ocorrerá o repatriamento de artefatos e bens culturais africanos que foram roubados durante os períodos de dominação europeia, que as línguas africanas assumirão o protagonismo na administração dos países e nos processos de integração regional, e que os ideais pan-africanos já estarão incluídos em todos os programas escolares. Neste caso, embora indicando a essencialidade dos jovens na continuidade da Agenda 2063, e a criação de Clubes da União Africana em todas as instituições de ensino como instrumento para a difusão do Pan-Africanismo, em verdade não há definição clara e direta do caminho a ser percorrido para atingir tais objetivos. A mesma característica pode ser vista no aprimoramento do patrimônio cultural pan-africano, uma vez que não há a indicação de caminhos para a difusão do folclore, das línguas, do cinema, da música, do teatro e da literatura africana.

A inexistência de um caráter objetivo destacada anteriormente também é encontrada em partes das outras seis aspirações. Na terceira, por exemplo, que diz respeito ao desejo por países regidos pela democracia, direitos humanos, Estado de Direito e boa governança, não há a indicação de prazos para garantir o fim da corrupção e da impunidade, para a criação de instituições democráticas ou para a consolidação de burocracias altamente qualificadas. Já na sexta aspiração, direcionada ao desenvolvimento dos povos africanos, destacadamente as mulheres e jovens, a falta de exatidão de datas e caminhos podem ser vistas em objetivos como

6 O conjunto de aspirações consta no quadro 1, abaixo.

a transformação da África em um continente inclusivo e pautado na equidade, no combate a qualquer forma de discriminação, no banimento da mutilação genital e do casamento infantil, no interesse em garantir às mulheres direitos relacionados a herança, créditos, registro e gestão de negócios. Além destes, vale ressaltar a expectativa de até 2063 garantir a plena paridade de gênero, com as mulheres ocupando 50% dos postos no setor público, uma vez que nesta aspiração também não são claros os caminhos e etapas para a consecução de importante feito.

A categoria simbólica também é vista na sétima aspiração, cujo objetivo principal de tornar o continente um ator forte e influente no sistema internacional converge com objetivos mais específicos, destacadamente, o maior ativismo nas instituições multilaterais, e com temas relacionados ao racismo, xenofobia e outras práticas de intolerância. Por um lado, tal aspiração demonstra ser análoga à quinta. Primeiro, porque indica a importância da ligação entre Pan-Africanismo e Renascimento Africano. Segundo, porque representa a consolidação do hibridismo, uma vez que defende não apenas a maior união e solidariedade entre os povos africanos, mas também o olhar crítico à cooperação internacional, que deverá ser favorável ao continente, e à imposição de sanções consideradas indevidas aos países africanos. Por outro lado, contudo, segue a mesma característica das aspirações analisadas anteriormente, visto que se mantém vaga com relação aos prazos.

Paralelamente aos objetivos anteriores, a sétima aspiração também destaca a importância do continente em garantir seu autofinanciamento em objetivos direcionados à sua transformação. Em certa medida, esta autonomia se encontra em destaque na primeira aspiração, que se refere ao desejo de um continente próspero, inclusivo e direcionado ao desenvolvimento sustentável. Neste caso, não há a indicação para a realização de objetivos como o alcance dos meios e recursos necessários ao desenvolvimento autofinanciado, a universalização do ensino básico, a qualificação dos africanos via educação calcada na ciência, tecnologia e inovação, e ao desejo em transformar a África em um continente protagonista nos desafios climáticos. Além disso, mesmo indicando o crescimento inclusivo, a geração de empregos, respeito à

igualdade de gênero, dentre outros meios vistos como necessários para elevar o continente ao *status* de sinônimo de qualidade de vida em 2063, não há indicações de como serão alcançados tais objetivos.

Embora predominantemente como categoria simbólica, a primeira aspiração também possui objetivos que se enquadram na segunda categoria utilizada para compreender a Agenda 2063, qual seja, a de caráter objetivo, que é marcada pela exatidão e clareza nos prazos para a conclusão de determinados objetivos. Neste caso, vale ressaltar o destaque dado à ciência, à tecnologia e à inovação, ao acesso à moradia via financiamento para habitação, ao fornecimento de bens de primeira necessidade – como água, saneamento básico, energia e transporte público –, à valorização da economia azul – com a criação de uma indústria naval africana –, à busca pela melhoria na agricultura e à criação de infraestrutura para tais finalidades. Em linhas gerais, no que diz respeito à agricultura, é indicado o banimento da enxada até 2025, acontecimento que se atrela à modernização, à lucratividade e à melhoria nas condições de vida no campo.

Referente aos outros objetivos – ainda que indiretamente – a possibilidade de torná-los viáveis caminha lado a lado a iniciativas desenvolvidas antes e depois da Agenda 2063. Dentre as iniciativas anteriores à Agenda 2063, destaca-se o Programa de Infraestrutura para o Desenvolvimento da África (PIDA), lançado em 2010 e voltado à superação dos gargalos energético, hídrico, tecnológico e de transporte, que dificultam o avanço do comércio interafricano. Para tais feitos, o PIDA conta tanto com recursos do AfDB, da UNECA, da UA e da NEPAD, quanto de investimentos advindos de potências tradicionais e emergentes (ITC, 2019).

Além do PIDA, uma segunda iniciativa de destaque é a Universidade Pan-Africana da UA, estabelecida em 2010. Com uma estrutura dividida em cinco institutos localizados na Argélia, no Quênia, na Nigéria, no Camarões e na África do Sul, a Universidade é voltada à pesquisa e à pós-graduação em áreas como Energia, Governança, Saúde, Inovação e Tecnologia, dentre outras (AU, 2020). Junto ao PIDA e à Universidade Pan-Africana, porém desenvolvida após a criação da Agenda 2063, destaca-se a Universidade

Virtual Pan-Africana (UVPA), que foi lançada em 2019 e está voltada para a capacitação em áreas da ciência, tecnologia, inovação e capital humano (AU, 2019).

Ainda que menos expressiva em todas as aspirações, se comparada com a categoria simbólica, a categoria objetiva se mantém relevante. Reflexo disso pode ser visto na quarta aspiração, voltada à pacificação e à segurança da África. Grosso modo, além de englobar objetivos como a prevenção e a resolução pacífica dos conflitos existentes no continente, o fim do terrorismo, da intolerância, do tráfico de drogas e de pessoas, a valorização da segurança humana e a consolidação de uma cultura de paz, de harmonia, de direitos humanos, de igualdade de gênero, dentre outros, a quarta aspiração considera o início desta caminhada com o silenciamento de todas as armas até 2020.

A segunda aspiração, direcionada a um continente cada vez mais integrado, e pautado pelo Pan-Africanismo e no Renascimento Africano, por sua vez, também pode ser enquadrada na categoria objetiva. Embora apresente elementos da categoria simbólica, como a importância da OUA nos processos de independência política e na busca pela autossuficiência, bem como a necessidade de transformar a África em um continente solidário e integrado, tal aspiração também se enquadra na categoria objetiva ao indicar datas e metas precisas. Um primeiro exemplo se refere a 2030, ano estipulado para o consenso das lideranças africanas sobre as formas de governo e a importância das instituições continentais. Além de 2030, outro exemplo diz respeito a 2020, ano em que se esperava que os traços do colonialismo fossem extintos no continente. Neste caso, a ênfase se encontra na busca por acabar com as ocupações ilegais no Arquipélago de Chagos e na Ilha Mayotte (por britânicos e franceses, respectivamente) e a autodeterminação do Saara Ocidental. No âmbito da infraestrutura, vale destacar o comércio interafricano, cuja expectativa é de aumento de 12% em 2013, para 50% em 2045, e o comércio mundial, no qual, neste mesmo período, espera-se que a participação africana passe de 2% para 12%.

Embora haja o predomínio da categoria simbólica sobre a objetiva, é válido ressaltar o caráter convergente de ambas, fator

importante na efetivação da Agenda 2063. Referente ao simbólico, as aspirações e objetivos que se enquadram nesta categoria demonstram a não ruptura entre o Pan-Africanismo e o Renascimento Africano, e sim, o atrelamento de ambos. Reflexo disso pode ser encontrado no destaque dado à Carta da OUA, ao Plano de Ação de Lagos, à NEPAD e à criação da UA, porém, sem qualificá-las como exitosas ou fracassadas, mas sim como fundamentais para a integração e a solidariedade africanas. Já a existência de objetivos e aspirações que refletem a categoria objetiva mostra-se relevante visto que ao colocar datas para a efetivação destas, tal agenda expõe que se trata de um projeto composto por metas de curto, médio e longo prazo direcionado ao continente africano.

Além de demonstrar à comunidade internacional a seriedade dos atores envolvidos na efetividade desta agenda, a indicação de uma data específica para a realização de determinados objetivos demonstra que os países africanos estão empenhados em adotar mudanças, característica que intensifica o processo de integração regional, bem como garante a continuidade das transformações existentes no continente. Diante desta característica, a seção seguinte será pautada na compreensão dos objetivos que apresentam uma possível data para serem concluídos, isto é, naqueles pertencentes à categoria objetiva.

4 Agenda 2063 e seus resultados

Uma das inovações mais importantes da Agenda 2063 diz respeito à forma como sua operacionalização foi concebida. Ciente não apenas da magnitude das transformações esperadas no continente a partir de sua plena implementação, mas também do grande desafio por elas representado, a Agenda prevê, ao longo de sua vigência, a formulação e execução de cinco planos de implementação decenais. Os planos, elaborados de forma sucessiva, deverão tomar como base a experiência do período anterior – partindo de um diagnóstico dos resultados obtidos, dos desafios e etc. – e a partir dela estabelecer os objetivos a serem atingidos no período de sua vigência – em nível nacional, regional e continental.

O objetivo, com isso, é que em cada período as metas estabelecidas sejam robustas o suficiente para contribuir para a completa execução das expectativas da Agenda 2063, sem, contudo, se tornar excessivamente ambiciosas – e, portanto, inalcançáveis. Nesse sentido, os planos de implementação decenais visam a não apenas garantir a existência de uma ferramenta de monitoramento e revisão constantes da consecução dos objetivos da Agenda 2063, mas também a dar flexibilidade à Agenda, viabilizando a adequação do ritmo de implementação de seus objetivos e permitindo, assim, que ele seja adequado a eventuais transformações que ocorram tanto no continente africano, como também no cenário internacional.

Outro elemento de inovação que merece destaque diz respeito às metas definidas para a consecução dos objetivos da Agenda. Tais metas são estabelecidas em termos percentuais, e sua consecução é sempre mensurada em relação aos dados informados e chancelados pelos países no ano de referência de início do plano decenal. Dessa forma, não são estabelecidas metas absolutas que devam ser atingidas igualmente por todos os atores continentais, mas sim metas que refletem a expectativa de que todos operem mudanças proporcionais em relação ao ponto em que se encontravam quando da implementação da Agenda 2063. Logo, a expectativa é de que a mudança no continente deve ser gerada a partir da transformação de cada um de seus países em relação a si mesmo, – demonstração do reconhecimento e do respeito à existência de especificidades e diferenças entre os atores continentais.

Diante desse contexto, em setembro de 2015, foi adotado o Plano de Implementação para a Primeira Década (PIPD) da Agenda 2063. Cobrindo o período de 2014 até 2023, e tomando 2013 como ano de referência para o estabelecimento das metas, o plano estabeleceu 20 objetivos que se dividem em 39 áreas prioritárias e mais de 260 metas específicas (AUC, 2015e). Como ferramenta de acompanhamento dos resultados, foi criado o *Agenda 2063 Dashboard* (AUDP; NEPAD, 2020a). Apesar de sua relevância, é importante ressaltar que o *Dashboard* não apresenta informações detalhadas a respeito de todas as metas estabelecidas no PIPD, estando apenas algumas delas disponíveis.

Em linhas gerais, ainda que pouco mais de 65% do período previsto para a implementação total do PIPD tenha se passado quando desta avaliação,⁷ o continente parece apresentar certo atraso na implementação das metas, de acordo com os dados disponibilizados no *Agenda 2063 Dashboard*.⁸ Dos vinte objetivos, apenas dois (10%) apresentam implementação superior a 65% (*Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais*, com 93% de consecução da meta; e, *Uma Arquitetura de Paz e Segurança Africana totalmente funcional e operacional*, com 73% de consecução). Sete dos objetivos (35%) apresentam implementação igual ou superior a 32,5% (ou seja, de 50% em relação ao que se esperaria para o período) – *Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos os Cidadãos*, com 59%; *Cidadãos saudáveis e bem nutridos*, com 44%; *Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos*, com 33%; *Uma África Estável e Pacífica*, com 40%; *Plena Igualdade de Gênero em Todas as Esferas da Vida*, com 39%; *Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados*, com 40%; e, África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica, com 40%.

No que diz respeito aos onze objetivos restantes, nove (45%) apresentam implementação inferior a 32,5% (*Cidadãos bem-educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação*, com 26%; *Economias transformadas*, com 18%; *Economia azul/oceano para um crescimento econômico acelerado*, com 21%; *Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas*, com 29%; *África Unida*, com 11%; *África com Infraestruturas cruzadas de classe mundial*, com 30%; *Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade*, com 28%; *Renascimento Cultural Africano preeminente*, com 16%; e *A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento*, com 20%), e dois

7 Considerando-se o total de dias transcorridos desde o dia 01 de janeiro de 2014 até a coleta dos dados, em 28 de julho de 2020, em relação ao total de dias entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2023.

8 Cumpre ressaltar que os dados disponibilizados no *website* são dinâmicos, motivo pelo qual pode haver variações em relação às informações apresentadas neste artigo.

(10%) abaixo de 10% (*Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção*, com 8%; e, *Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas*, com 4%).

Referente à efetivação das aspirações da Agenda 2063, nenhuma das sete apresentou implementação superior a 65% da meta esperada. De fato, enquanto apenas três delas tiveram resultados superiores a 32,5% da meta (*Um continente integrado politicamente unido e baseado nos ideais do Pan-Africanismo e na visão do Renascimento Africano*, com 44%, *Uma África Pacífica e Segura*, com 48%; e, *Uma África cujo desenvolvimento é orientado para as pessoas, contando com o potencial disponível dos Africanos, especialmente mulheres e jovens, e que cuide das suas Crianças*, com 38%), as outras quatro aspirações apresentaram desempenho inferior. O quadro 1 sumariza os resultados até então atingidos, e acima apresentados.

Quadro 1 - desempenho da Agenda 2063

Aspiração (% atingido da meta)		Objetivo (% atingido da meta projetada)	
Uma África próspera, baseada num Crescimento Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável	(29%)	Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos os Cidadãos	(59%)
		Cidadãos bem-educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação	(26%)
		Cidadãos saudáveis e bem nutridos	(44%)
		Economias transformadas	(18%)
		Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção	(8%)
		Economia azul/oceano para um crescimento econômico acelerado	(21%)
		Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas	(29%)
Um continente integrado politicamente unido e baseado nos ideais do Pan-Africanismo e na visão do Renascimento Africano	(44%)	África unida (Federada ou Confederada)	(11%)
		Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais	(93%)
		África com Infraestruturas cruzadas de classe mundial	(30%)

Aspiração (% atingido da meta)		Objetivo (% atingido da meta projetada)	
Uma África de Boa Governança, Democracia, respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e Estado de Direito	(16%)	Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos	(33%)
		Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas	(4%)
Uma África Pacífica e Segura	(48%)	Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade	(28%)
		Uma África Estável e Pacífica	(40%)
		Uma Arquitetura de Paz e Segurança Africana totalmente funcional e operacional	(73%)
África com uma Forte Identidade Cultural, Herança Valor e Ética Comuns	(12%)	Renascimento Cultural Africano é preeminente	(16%)
Uma África cujo desenvolvimento é orientado para as pessoas, contando com o potencial disponível dos Africanos, especialmente mulheres e jovens, e que cuide das suas Crianças	(38%)	Plena Igualdade de Gênero em Todas as Esferas da Vida	(39%)
		Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados	(40%)
Uma África como um Parceiro e Interveniente Forte, Unido, Resistente e Influyente a nível Mundial	(26%)	África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica	(50%)
		A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento	(20%)

Fonte: Elaboração própria com dados de AUDP e NEPAD (2020a)

Além dos 20 objetivos a serem concluídos até 2023, o Plano de Implementação para a Primeira Década também estabeleceu 12 projetos prioritários que, de acordo com o documento, esperava-se que tivessem implementação imediata, sendo concluídos antes mesmo da adoção do PIPD – exceção feita àqueles que apresentavam prazos próprios. Os programas/projetos destaque apresentados compreendiam: uma rede ferroviária integrada de alta velocidade; uma Universidade virtual africana, no caso, a UVPA; uma estratégia comum de *commodities*; um fórum africano anual; uma Área de Livre Comércio Continental; a criação de um passaporte africano e a livre mobilidade de pessoas; a

implementação do projeto da Grande Barragem de Inga; a rede Eletrônica Pan-Africana; o silenciamento das armas no continente; uma estratégia espacial africana; um mercado africano único de transporte aéreo; e, o estabelecimento de instituições financeiras africanas (AUC, 2015e).

Em fevereiro de 2020, a União Africana, por meio da AUDP e da NEPAD, divulgou o primeiro relatório sobre a implementação da Agenda 2063 (AUDP; NEPAD, 2020b). Além de fornecer resultados semelhantes aos aqui apresentados a respeito dos objetivos (com uma variação pouco significativa nos percentuais), o relatório também apresenta um diagnóstico em relação à implementação dos projetos prioritários, avaliando seus objetivos, o que foi feito até o presente, os principais desafios e os próximos passos a serem dados no processo de implementação. É interessante notar que, dos doze projetos indicados no PIPD, há dois sobre os quais não há qualquer consideração (*o estabelecimento de um fórum africano anual e o estabelecimento de instituições financeiras africanas*), enquanto há dois outros projetos, que não constam na lista do PIPD, que são avaliados (*a criação do Grande Museu africano e a cibersegurança do continente*).

Apesar de tais inconsistências, e da ausência de dados importantes, os diagnósticos apresentados demonstram um padrão importante – que auxilia inclusive na compreensão dos resultados apresentados em termos dos objetivos do PIPD. De acordo com o relatório, ainda que todos apresentem algum grau de efetiva implementação, nenhum dos projetos analisados se encontra plenamente concretizado, e todos apresentam desafios relevantes à sua total consecução (AUDP; NEPAD, 2020b).

Conquanto o relatório não apresente uma categorização – ou mesmo uma avaliação detalhada – dos desafios enfrentados pelos projetos, a análise do documento permite dividi-los, de acordo com sua natureza, em quatro categorias: elementos relacionados à falta de recursos humanos capacitados; elementos relacionados à falta de recursos financeiros; problemas de articulação política; e, outros.⁹ Após a definição das categorias, foi realizada uma

9 Tal categorização foi definida a partir da análise do conteúdo do relatório e da

nova análise dos desafios enfrentados em cada um dos projetos, de forma a identificar em quais categorias eles se enquadravam. Dentre os projetos, sete (58%) apresentaram dificuldades relacionadas à falta de recursos humanos qualificados, nove (75%) à falta de recursos financeiros, três (25%) a problemas de articulação política e cinco (42%) a problemas de outras naturezas (AUDP; NEPAD, 2020b). O quadro 2 sintetiza os resultados da análise realizada.

Quadro 2 - desafios à implementação dos projetos prioritários

Projeto prioritário	Tipo de desafio identificado			
	Recursos Humanos	Recursos Financeiros	Articulação política	Outros
Uma rede ferroviária integrada de alta velocidade	X	X		
Uma Universidade virtual pan-africana	X	X		
Uma estratégia comum de <i>commodities</i>	X			
Uma Área de Livre Comércio Continental	X	X	X	X
Criação de um passaporte africano e a livre mobilidade de pessoas	X		X	X
A implementação do projeto da Grande Barragem de Inga		X		X
A rede Eletrônica Pan-Africana		X		X
O silenciamento das armas no continente	X	X		X
Uma estratégia espacial africana	X			
Um mercado africano único de transporte aéreo		X	X	
Grande Museu africano		X		
Cibersegurança		X		

Fonte: Elaboração própria com dados de AUDP e NEPAD (2020b).

identificação da natureza dos desafios elencados para cada um dos objetivos.

Em certa medida, é possível perceber que os desafios enfrentados em termos dos projetos prioritários se refletem, também, nos objetivos estabelecidos. Nesse sentido, dois são os principais desafios que se impõe à consecução plena da Agenda 2063, a falta de recursos humanos qualificados e a falta de recursos financeiros. Se por um lado a própria Agenda tem entre seus objetivos a eliminação desses desafios – o que se verifica, por exemplo, em objetivos das aspirações 1 e 7, principalmente, como *Cidadãos bem-educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação* e *A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento*, entre outros – por outro, ambos têm um forte caráter limitante, uma vez que se constituem como barreiras à sua própria eliminação. Isso fica bastante evidente na ideia de criação da Universidade Virtual Africana, cujo objetivo principal é justamente contribuir para a eliminação do gargalo de escassez recursos humanos qualificados, mas que carece, para sua efetiva concretização, de recursos humanos qualificados, além de recursos financeiros. Diante de tal cenário, em 2016, a UA deu início a um processo de reforma institucional, que ficou conhecido como Reforma Kagame, que tinha entre seus principais objetivos tornar a Organização mais autossuficiente em termos financeiros – eliminando, assim, um dos importantes gargalos à operacionalização da Agenda. A expectativa era de que, a partir dessa transformação, que se daria de forma mais imediata, se criariam as condições para a superação dos demais desafios – inclusive os de mais longo prazo –, que carecem justamente de recursos financeiros (CHEKOL, 2020).

Apesar de sua importância, contudo, a implementação da Reforma tem enfrentado dificuldades, e segue incompleta. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, a despeito da existência de um interesse comum das lideranças e iniciativas africanas em superar os desafios existentes no continente, a África é composta por 55 países independentes, fator que torna desafiadora a continuidade, em períodos longos, da articulação política, a qual naturalmente enfrenta obstáculos. Essa realidade, todavia, não é uma exclusividade do continente africano. Nos últimos anos, reflexos desses desafios podem ser verificados, por exemplo, na América do Sul

– onde as transformações políticas recentes, bem como as diferentes concepções da integração regional, culminaram no esvaziamento da Unasul – e na Europa – onde a União Europeia, que historicamente enfrentou desafios e divergências em relação à sua ampliação, aprofundamento e adoção de políticas comuns, recentemente ficou marcada pela saída do Reino Unido do bloco (o chamado *Brexit*). Tais acontecimentos demonstram o quanto o avanço, ou fracasso, de iniciativas direcionadas à transformação de continentes ou regiões se encontra atrelado aos avanços e recuos nos processos de integração regional (NOLTE; WEIFFEN, 2020).

5 Considerações finais

Ao longo do artigo, buscou-se apresentar uma avaliação ampla da Agenda 2063, destacando sua gênese, principais características, e os resultados que até então foram alcançados. No que diz respeito à criação, a Agenda 2063 pode ser considerada como parte de um processo que engloba tanto o Pan-Africanismo, quanto o Renascimento Africano. Enquanto do primeiro houve a inclusão da contestação como forma de atuar no cenário internacional, do segundo tal agenda adota pontos relevantes da estratégia da responsabilidade mútua – mais especificamente a continuidade na integração regional, na busca por soluções africanas para desafios do continente e na percepção de que as parcerias com potências extracontinentais são importantes, porém, ressaltando a contrariedade nas interações de caráter persecutório, paternalista ou assistencialista. Conforme destacado neste artigo, ao alinhar estratégias que, grosso modo, são divergentes, a Agenda inova, uma vez que desenvolve e consolida a adoção do que conceituamos como estratégia híbrida.

O hibridismo, que, conceitualmente, diz respeito à conciliação da contestação defendida pelo Pan-Africanismo, com pontos característicos da estratégia da responsabilidade mútua apregoada pelo Renascimento Africano, pôde ser encontrado em diversos objetivos e, principalmente, em duas das sete aspirações que estruturam esta iniciativa – a quinta e a sétima –, ambas destacando a

importância da interação entre estes movimentos de renovação do continente africano. Paralelamente ao hibridismo, outros fatores encontrados na Agenda 2063 que se referem a suas características dizem respeito às particularidades encontradas em suas aspirações e objetivos, tendo sido reunidos, aqui, em duas categorias.

A primeira, e de certo modo predominante, foi denominada de categoria simbólica, uma vez que em grande parte da Agenda o que se viu foi o predomínio de metas marcadas pela intangibilidade, pela falta de um prazo específico para suas efetivações, e pelo destaque dado à importância de iniciativas passadas, as quais, mesmo não apresentando os resultados esperados, são consideradas relevantes para o desenvolvimento do continente africano. Já a segunda categoria encontrada tem caráter objetivo, tendo como característica, diferentemente da categoria anterior, a exatidão e clareza nos prazos para conclusão dos objetivos. Isso é visto na busca pelo silenciamento de todas as armas até 2020, pelo banimento da enxada até 2025, pelo aumento do comércio interafricano e da participação africana no comércio mundial até 2045, entre outros.

De modo geral, a identificação de tais categorias caminhou lado a lado à dificuldade em mensurar os êxitos e desafios de uma iniciativa tão robusta, complexa e importante para o continente africano. Feito isso, e com base nos dados disponibilizados no *Agenda 2063 Dashboard* e no primeiro relatório sobre a implementação da Agenda 2063, foi possível apresentar tanto os avanços da Agenda até o presente, quanto prognósticos a respeito de sua evolução, identificando potenciais entraves e desafios à consecução de seus objetivos. Neste caso, a análise demonstrou que a falta de recursos – não só financeiros, mas também humanos – representa um grande desafio tanto aos projetos prioritários, como também aos objetivos gerais estabelecidos.

Além disso, a complexidade do continente africano também se mostra desafiadora, visto que a articulação política necessária à completa efetivação da Agenda 2063 acaba sendo impactada pela existência de recorrentes divergências e entraves ao processo de integração regional. Se por um lado tal realidade não é uma

exclusividade do continente africano – sendo verificada também nos processos de integração na América Latina e na Europa –, por outro também parece claro que a África tem tido maior sucesso em gerir os inúmeros desafios que se impõe ao processo de integração regional, não apenas mantendo-o em curso, como também aprofundando-o.

Diante disso, e embora havendo inúmeros desafios, é possível perceber que a continuidade da articulação em prol da integração regional se encontra materializada em iniciativas que, direta ou indiretamente, estão relacionadas à Agenda 2063. Uma primeira diz respeito à Declaração de Marrakech para o Desenvolvimento Sustentável da África, que foi criada em 2019, em reunião da Comissão Econômica das Nações Unidas para África (UNECA, na sigla em inglês). Neste caso e, convergindo com a Agenda 2063, tal Declaração expõe a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento africano (UNECA, 2019). Além de Marrakech, vale destacar o anúncio feito pela Organização Mundial da Saúde em meados de 2020 sobre a erradicação da poliomielite no continente africano (WHO, 2020). É fato que tal erradicação, justamente em um ano marcado pelo avanço da Covid-19 por todo o mundo, ganha destaque, pois converge com um dos objetivos principais da Agenda 2063 – erradicar do continente doenças controláveis e, assim, melhorar o bem-estar da população africana.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9 - 23.

AU - AFRICAN UNION. **Constitutive Act of the African Union**. Addis Ababa: African Union, 2000. Disponível em: <https://bitly.com/4oNzn>. Acesso em: 01 jan. 2020

_____. **Decision on the International Criminal Court (ICC) – Doc. EX.CL/1006(XXX)**. Addis Ababa: African Union, 2017a. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/decisions/32520-sc19553_e_original_-_assembly_decisions_621-641_-_xxviii.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. **Withdrawal Strategy Document - Draft 2**. Addis Ababa: African Union, 2017b. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/supporting_resources/icc_withdrawal_strategy_jan_2017.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. **About Us - PAVEU**. [s.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <http://paveu.africa-union.org/about-us/>. Acesso em: 7 set. 2020.

_____. **History of the Pan African University**. [s.l.]: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://pau-au.africa/about/background>. Acesso em: 7 set. 2020.

AUC - African Union Commission. **Agenda 2063: a África que queremos - versão popular**. Addis Ababa: African Union, 2015a.

_____. **Agenda 2063, the Africa we want: framework document**. Addis Ababa: African Union, 2015b.

_____. **Agenda 2063: Background Note**. Addis Ababa: African Union, 2015c. Disponível em: <https://bityli.com/ZLlj1>. Acesso em: 1 jan. 2020.

_____. **An overview of Agenda 2063**. Addis Ababa: African Union Commission, 2015d.

_____. **First Ten Year Implementation Plan**. Addis Ababa: African Union, 2015e. Disponível em: <https://bityli.com/QzyN5>. Acesso em: 1 jan. 2020.

AUDP; NEPAD - African Union Development Agency; New Partnership For Africa's Development. **Agenda 2063 Dashboard**. Addis Ababa, 2020a. Disponível em: <https://www.nepad.org/agenda-dashboard>. Acesso em: 1 jan. 2020.

_____. **First Continental Report on the Implementation of Agenda 2063**. Addis Ababa: African Union, 2020b. Disponível em: <https://bityli.com/ZQS4w>. Acesso em: 01 jan. 2020

BARBOSA, Muryatan. Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, p.144 - 162, 2016.

CARDOSO, Nilton Cesar Fernandes. **Segurança regional no Chifre da África (1974-2017): conflitos, atores, agendas e ameaças**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CERVENKA, Zdenek. **The Unfinished Quest for Unity: Africa and the OAU**. London: Julian Friedmann, 1977

CHANAIWA, David; KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali; WONDJI, C. (org.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 897 – 924.

CHAZAN, N. *et al.* **Politics and Society in Contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999.

CHEKOL, Yayew G. African Union Institutional Reform: Rationales, Challenges and Prospects. **Insight on Africa**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 29 – 44, 2020.

CHINWEIZU. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (org.). **História Geral da África – VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 927-963.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

DE WAAL, Alex. What's New in the "New Partnership for Africa's Development"? **International Affairs**, [s. l.], v. 78, n. 3, p. 463 - 475, 2002.

DEGHETTO, Kaitlyn; GRAY, Jacob R.; KIGGUNDU, Moses N. The African Union's Agenda 2063: Aspirations, Challenges, and Opportunities for Management Research. **Africa Journal of Management**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 93 - 116, 2016.

DEMÉ, Ousmane. **Between Hope and Scepticism: Civil Society and the African Peer Review Mechanism**. Ontario: Partnership Africa-Canada, 2005.

DÖPCKE, Wolfgang. Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African development. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 146 - 155, 2002.

EZEOHA, Abel; UCHE, Chibuike. **South Africa, NEPAD and the African Renaissance**. Leiden: African Studies Centre, 2005.

HARRIS; Joseph E; ZEGHIDOUR, Slimane. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, Ali A. WONDJI, C (orgs). **História Geral da África - VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 849 - 872.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HLOPHE, Dumisani; LANDSBERG, Chris. **The African Renaissance as a modern South African Foreign Policy Strategy**. Paris: [s.n.], 1999. Disponível em: www.ceri-sciencespo.com/archive/octo99/artcl.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos (1914-1991)**: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

HOPE, Kempe Ronald. Toward Good Governance and Sustainable Development: The African Peer Review Mechanism. **Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 283 – 311, 2005.

ITC - International Trade Centre. **Trade Map - Trade statistics for international business development**. [s.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.trademap.org>. Acesso em: 1 jan. 2019.

KENNEDY, Paul. **Rise and fall of the great powers**: economic change and military conflict from 1500-2000. Sydney: Unwin Hyman, 1988.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. v. 2. Mem Martins: Europa-America, 1999.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: história e civilizações. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Salvador: EDUFBA, 2011.

MANGALA, Jack. Introduction: Africa and the New World Era: Context and Stakes. In: _____ (org.). **Africa and the new world Era**: from humanitarianism to a strategic view. New York: Palgrave Macmillan, 2010. p. 01 - 17.

MARTIN, Guy. **Africa in world politics**: a Pan-African perspective. Asmara: Africa World Press, 2002.

MARUMO, P. O; CHAKALE, M. Mbeki on African Renaissance: A Vehicle for Africa Development. **African Renaissance**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 173 - 185, 2018.

MASTERSON, Grant Edward Thomas. **Governance Quality and Government Commitment to the NEPAD African Peer Review Mechanism**. Johannesburg: EISA, 2004.

MBEKI, Thabo. Speech by Deputy President Thabo Mbeki at the United Nations University: The African Renaissance, South Africa and the World. **Department of International Relations and Cooperation of Republico f South Africa**, Tokyo, 9 abr. 1998. Disponível em: <http://www.dfa.gov.za/docs/speeches/1998/mbek0409.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

MURITHI, Tim. Aid colonisation and the promise of African continental integration. In: ABBAS, Hakima; NIYIRAGIRA, Yves (orgs.). **Aid to Africa**: Redeemer or Coloniser? Cape Town: Pambazuka, 2009. p. 1 – 12.

NOLTE, Detlef; WEIFFEN, Brigitte (eds.). **Regionalism under stress: Europe and Latin America in comparative perspective**. New York: Routledge, 2020.

OKEREKE, Chukwumerije; AGUPUSI, Okereke. **Homegrown development in Africa: reality or illusion?** New York: Routledge, 2015

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. A intervenção ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da Liga Árabe. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 4, n. 3, p. 670 - 693, 2015.

_____. A Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano: uma análise dos impactos da NEPAD para o desenvolvimento da África no Século XXI. In: SEMINÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 4., [s.l.], 2018. **Anais**, [s.l.], 2018.

OAU - Organization of African Unity. **Lagos plan of action for the economic development of Africa, 1980-2000**. Addis Ababa: Organization of African Unity, 1980.

OTÁVIO, Anselmo. **A dimensão do Atlântico Sul para o Brasil e a África do Sul (1415-2015):** uma contribuição para o estudo de um espaço estratégico. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

_____. Da contestação à responsabilidade mútua: uma análise entre o LPA e a NEPAD. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 5, n. 10, p. 196 – 218, 2016.

TAYLOR, Ian. **NEPAD: towards Africa's development or another false start?** Boulder: Lynne Rienner, 2005.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development. **UNCTADstat**. [s.l.]: [s.n.], 2020. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org>. Acesso em: 1 jan. 2020.

UNECA - United Nations Economic Commission for Africa. **Marrakech Declaration on Sustainable Development in Africa**. Marrakech: United Nations Economic Commission for Africa, 2019. Disponível em: <https://bitly.com/NDzvH>. Acesso em: 5 set. 2020.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro mundo: conceito e história**. São Paulo: Ática, 1994.

WHO - World Health Organization. Global polio eradication initiative applauds WHO African region for wild polio-free certification. **World Health Organization Newsroom**, [s.l.], 2020. Disponível em: <https://bitly.com/o5m42>. Acesso em: 05 set. 2020